

# Emendas não deformam pacote, diz Funaro

## E garante que o Presidente vai sancionar integralmente o conjunto de medidas

As emendas introduzidas pelo Congresso Nacional no pacote econômico do Governo em nada modificaram a sua substância, disse ontem o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, à saída do gabinete do presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. Segundo Funaro, o presidente Sarney vai sancionar integralmente o pacote que vier do Congresso, sem vetar nenhuma das emendas introduzidas, "uma vez que cada alteração foi previamente discutida entre os parlamentares e o Governo".

Segundo o ministro o Governo espera que as medidas do pacote possam gerar os mesmos Cr\$ 60 trilhões de redução do déficit de caixa previstos anteriormente, de um total estimado de Cr\$ 211 trilhões. E isto porque os Cr\$ 60 trilhões são um número aproximado que vai também ficar na dependência da inflação e do crescimento econômico. Como não houve alterações substanciais ao pacote, o Governo continua trabalhando com este número, afirmou.

Dilson Funaro voltou a insistir que o pacote é bom para os assalariados, que "vão começar a sentir isto a partir de janeiro do próximo ano", quando estarão sujeitos a uma menor retenção do Imposto de Renda na fonte, e também no final do ano, quando virem que o pouco que recolheram na fonte vai praticamente "bater" com o imposto a pagar, não tendo mais que desembolsar nada. "Esta — disse o ministro — é a vantagem do sistema de bases correntes".

Funaro disse que estava "muito feliz" com a aprovação do pacote econômico,

após uma exaustiva discussão a que esteve sujeito no Congresso Nacional. "Era exatamente isso o que queria o Governo. Nós queríamos que os representantes do povo discutissem o alcance e o acerto das medidas".

Ao comentar as emendas feitas pelo Congresso, o ministro Funaro disse que elas não alteram a sua substância e nem compro-

GILBERTO ALVES

metem a meta do Governo de reduzir o déficit operacional dos atuais 2,5 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), para 0,5 por cento em 1986.

A elevação de 10 para 15 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) do nível das devoluções de Imposto de Renda que terão de ser feitas num prazo de até 120 dias, a contar da data de entrega da

declaração de rendimentos, segundo o ministro Funaro, vai custar ao Governo aproximadamente Cr\$ 1 trilhão. "Mas o Congresso quis a mudança, e o Presidente vai aceitá-la".

Para Dilson Funaro o Congresso Nacional se convenceu de que o pacote é benéfico para os assalariados e que tornou o sistema fiscal do País mais justo, reconhecendo, deste modo, a argumentação utilizada pelo Governo. Afirmou em seguida que a partir de 1986 1 milhão e 200 mil contribuintes assalariados estarão livres do recolhimento do Imposto de Renda na fonte.

Interpelado sobre as críticas feitas ao pacote econômico pelo senador Roberto Campos (PDS-MT), taxando-o de mediocre, de retórico e prejudicial ao povo brasileiro, Funaro limitou-se a dizer que "com o doutor Roberto Campos não tenho nada a dizer".

Sobre a retirada dos projetos que previam normas para a privatização da economia e uma nova sistemática de aplicação dos recursos do PIS/Pasep, o ministro da Fazenda disse que é necessário, no primeiro caso, "que fique absolutamente claro sobre quem deva ficar os 51 por cento das ações ordinárias das empresas estatais, que garantem o controle do Estado, se a União, o BNDES ou quem". No segundo caso a retirada do projeto se deveu ao fato de estar ele interligado ao primeiro — desestatização da economia e abertura de maior espaço para o fortalecimento da iniciativa privada, e devendo, deste modo, ser reapresentados juntos.



Funaro: O Congresso respaldou o programa